

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRODUÇÕES DO GT5 DA ANPED

Adriane Oliveira Barbosa*
Alvanize Valente Fernandes Ferenc**

RESUMO: Esse artigo relata o resultado de uma pesquisa do tipo Estado da Arte, que se constitui no levantamento de artigos publicados nas reuniões da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no Grupo de estudo 5 - GT 5. Nosso objetivo foi verificar o que vem sendo produzido sobre as avaliações externas, procurando compreender as implicações dessas avaliações para a educação básica. Para o desenvolvimento desse

trabalho foi feito um recorte temporal, percorrendo os anos de 2008 a 2012. A análise dos artigos nos permitiu compreender os fatores externos e internos à escola que geram resultados positivos do IDEB em algumas escolas Municipais brasileiras, com vistas a identificar no contexto e na política local, os pontos que podem ter concorrido para isso, tendo como foco a prova Brasil.

Palavras-chave: Avaliações externas. Educação Básica. ANPEd.

THE EXTERNAL EVALUATIONS AND THEIR IMPLICATIONS FOR BASIC EDUCATION: AN ANALYSIS FROM THE PRODUCTIONS OF GT5 ANPED

ABSTRACT: This article is the result of a State of Art-type research, which constitutes itself of the surveying of articles published on the reunions of the Associação Nacional da Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Post-Graduation National Association on Education Research) (ANPEd, in the studies group 5 – GT 5). Our objective was to verify what is being produced about the external evaluations, trying to comprehend the implications of these evaluations for the basic education. For the develop-

ment of this work, it was made a temporal cut, concerning the years of 2008 to 2012. The analysis of these articles allowed us to comprehend the school's external and internal factors that produced IDEB positive results on some Brazilian municipal schools, intending to identify, in the political and social contexts, the points that made this possible, focusing in the Prova Brasil.

Keywords: External evaluations. Basic education. ANPEd.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: driliver@yahoo.com.br

** Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: avalenteferenc@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, a avaliação no contexto escolar tem sido foco de muita discussão, principalmente em busca de entender seu significado, porque esse tem sido um dos aspectos mais problemáticos para a prática pedagógica e para a aprendizagem dos alunos.

Entretanto, o campo da avaliação ainda está em processo de consolidação, isto é, observa-se estudos sobre os aspectos metodológicos da avaliação e das práticas avaliativas nas escolas.

No presente momento essas análises estão voltadas para as avaliações externas, IDEB, Provinha Brasil, Prova Brasil, SAEB dentre outros, cujos objetivos são verificar a qualidade da educação brasileira. Desta forma, já são encontradas algumas pesquisas que se dedicam a essa temática discutindo aspectos metodológicos dessas avaliações e as suas implicações para as práticas pedagógicas nas escolas. Essas discussões estão presentes em artigos, livros, congressos, dentre outros.

Porém, no que tange às pesquisas realizadas e apresentadas nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), mais especificamente aquelas do grupo de trabalho 5 (GT5), cujo foco de estudo é Estado e Políticas Públicas, nota-se que os estudos sobre avaliação externa e suas implicações para a educação aparecem muito recentemente. Localizamos, em nossa revisão nas reuniões, uma primeira apresentação dessa temática, no ano de 2010, na 33ª Reunião Anual.

A escassez de publicações sobre essa temática no período pesquisado pode sugerir que em nível de pós-graduação em educação, esse estudo está em fase inicial. Por outro lado, Freitas (2007) adverte que a avaliação em larga escala firmou-se recentemente no Brasil, como componente importante do monitoramento da educação básica e superior, propondo-se não só à aferição da qualidade dos resultados de ambas como a indução da qualidade pretendida para os sistemas e as instituições de ensino.

Dessa forma, ao buscar analisar o que tem sido produzido sobre esse assunto, a partir da consulta a reuniões da Anped, em um recorte temporal de 2008 a 2012, foram encontrados apenas três artigos publicados neste período, sendo dois artigos em 2011 e um artigo em 2010. Buscando compreender o porquê desse fato, foi evidenciado por meio dos estudos de Moraes e Silva (2010) que as avaliações geradoras do Ideb, Prova Brasil e Provinha Brasil tiveram suas primeiras edições em 2005 e em 2008, respectivamente. Antes, em 1990, foi implementado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que busca informações indicadas como necessárias à gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais.

Esse recorte temporal nos permite pensar se os trabalhos encontrados no GT5 da Anped são os pioneiros. Mais a frente nos deteremos em maior aprofundamento dos artigos.

A escolha da temática desse trabalho se deveu a diversos fatores, dentre

eles, o fato de que as discussões sobre a temática avaliação externa serem atuais e vivenciarmos, nas instituições escolares, uma crescente ampliação dos mecanismos de controle, de medida e de aferição de resultados educacionais, tendo em vista a qualidade em educação.

Diante deste contexto uma questão nos mobilizou para o trabalho, sendo esta: “Será que a partir do momento que se passou a utilizar as avaliações externas na educação básica para medir a qualidade da educação, passou-se a oferecer uma educação de qualidade a todos”?

Com o intuito de buscar respostas para a referida indagação nos propusemos a analisar o que tem sido discutido pelo grupo de trabalho 5 da ANPEd .

OBJETIVO

Verificar, por meio do estudo do tipo Estado da Arte, o que vem sendo produzido sobre as avaliações externas, procurando compreender as implicações desses exames para a educação básica.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica no intuito de verificar como estão as pesquisas no campo da Avaliação Externa. Para a obtenção dos resultados, realizou-se um estudo sobre as apresentações do grupo de trabalho 5, (GT5) por discutir, como dito em momento anterior, Estado e políticas Públicas percorrendo, assim, os anos de 2008 a 2012.

Dessa forma, as análises dos dados foram realizadas por meio do estudo do

tipo Estado da Arte. Para melhor esclarecer essa escolha metodológica, recorro a Haddad (2002, p.9) *apud* Teixeira (2006) por compreender que tal estudo:

[...] permite, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos a pesquisas futuras.

A escolha desse tipo de metodologia se deu por se tratar de um instrumento que nos permite a compreensão do conhecimento sobre determinado tema, em determinado período de tempo, e, conseqüentemente, sua sistematização e análise.

As pesquisas apontam que esse estudo foi importante porque buscou analisar todas as dimensões que envolvem o resultado do IDEB. Assim, os aspectos metodológicos mostram a tendência por uma abordagem qualitativa.

REVISÃO DE LITERATURA: AVALIAÇÃO EXTERNA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os resultados sobre a educação básica têm sido obtidos por meio das informações produzidas pelo sistema de avaliações externas, em larga escala, centradas no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino.

Para Coelho (2008), a discussão dos problemas da educação básica no Brasil tem sido marcada, nos últimos anos, pela divulgação mais ampla de informações produzidas pelo sistema

de avaliação externa, em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino. As avaliações dos desempenhos de aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática dos estudantes do sistema público de educação básica, nos segmentos do ensino fundamental e do ensino médio, e seus resultados insatisfatórios ao longo de mais de dez anos, alimentam polêmicas em diferentes espaços, sobretudo na mídia, acerca das políticas públicas e da gestão educacional.

Para entender o que se passa no campo da avaliação no presente momento, é necessário compreender como a avaliação se inseriu historicamente na gestão do sistema educacional brasileiro. Assim, Moraes (2012) aponta que esses fatores avaliativos são consequência das reformas educacionais vivenciadas nos anos de 1980 e 1990, período em que houve grandes esforços em universalizar a educação básica, mas ao mesmo tempo, garantir a qualidade do ensino público. Buscava-se ainda sanar o fracasso, a repetência e a evasão escolares. Com isso, houve a necessidade de se criar um instrumento para monitorar tal qualidade. Criaram-se, assim, as avaliações externas em larga escala.

Na visão de Soares (2003), *apud* Moraes (2012) o Brasil, neste mesmo período, vivenciou um processo de “desinvenção” da alfabetização, antes, de negação ao ensino tradicional, em favor de uma aprendizagem que fosse centrada na prática do letramento e da escrita, visando à alfabetização das crianças. Porém, o que se percebe é que em nome

do construtivismo¹ criou-se um estado de indefinições sobre o quê ensinar e como avaliar as aprendizagens dos alunos em fase de alfabetização.

Por essa razão, desde 1990 o Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), vem desenvolvendo, no Brasil, a avaliação das escolas de caráter externo e em larga escala, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que busca informações indicadas como necessárias à gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais (MORAES; SILVA, 2010).

Segundo o MEC (2007), o SAEB é uma avaliação externa em larga escala aplicada a cada dois anos. Seu objetivo é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado. As informações produzidas visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino.

Já em 2007, o Ministério da Educação criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contendo programas e ações focadas na busca desta

¹ O construtivismo parte da crença de que o saber não é algo que está concluído, terminado, e sim um processo em incessante construção e criação. Assim, o conhecimento é um edifício erguido por meio da ação, da elaboração e da geração de um aprendizado que é produto da conexão do ser com o contexto material e social em que vive, com os símbolos produzidos pelo indivíduo e o universo das interações vivenciadas na sociedade (SANTANA, 2013).

qualidade e na melhoria do ensino. O PDE tem por objetivo criar condições para que cada brasileiro tenha acesso a uma educação de qualidade e seja capaz de atuar criticamente no contexto em que se insere como cidadão cômico de seu papel num mundo cada vez mais globalizado (MEC, 2007).

O PDE criou o eixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para monitorar a qualidade da educação básica e para aferir a qualidade dos resultados, bem como induzir a eficiência e a equidade pretendidas para os sistemas de ensino. Segundo o site do INEP (2013) o IDEB é:

O indicador objetivo para a verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata de educação básica. Nesse âmbito que se enquadra a ideia das metas intermediárias para o IDEB. A lógica é que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da independência em 2022. Cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade.

Para tanto, o INEP criou o IDEB em 2007 em busca de reunir em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de

qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidas por meio do Censo Escolares, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil para os municípios (MEC, 2007).

Dessa forma, fica evidente que o IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação e é a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica.

Segundo Sousa e Arcas (2010), com a prova Brasil, a disseminação da avaliação em larga escala foi muito maior, pois a aplicação dos testes deixou de ser amostral e passou a ser censitária, sendo vinculada ao cálculo do IDEB. O cálculo do IDEB considera os resultados da prova Brasil, dados relativos ao fluxo escolar, juntamente com a definição de metas a serem alcançadas pelas escolas públicas até 2021. São iniciativas que tendem a mobilizar as redes de ensino e escolas a buscarem compreender os resultados das avaliações de seu sistema no planejamento do trabalho escolar.

Entretanto, muito se tem discutido sobre a qualidade em educação, porém, esse é um conceito subjetivo e de acordo com o Indicador da Qualidade da Educação MEC (2007), não existe um padrão ou uma receita única para uma escola de qualidade. Qualidade é um conceito subjetivo, dinâmico e reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir em defesa da qualidade da educação.

Para Chueiri (2008), essa teoria parece não estar presente na escola, pois, o que se tem percebido é que a avaliação é tradicionalmente associada na escola para a criação de hierarquias de desempenho, sendo os alunos comparados e classificados em virtude de uma norma de excelência e êxodo escolares, bem como, explicita aqueles que fracassam. Assim, os alunos são avaliados em função de exigências manifestadas pelos professores ou outros avaliadores, que seguem os programas e diretrizes determinadas pelo sistema educativo, que por sua vez, obedecem às normas impostas pelos órgãos externos.

Mello (2004, p. 22) traz para essa discussão a seguinte indagação: “Qual é a qualidade que responde às aspirações e necessidades de todos, e não apenas às de uma elite econômica e cultural?” Os sistemas educativos latino-americanos ampliaram o sistema escolar em um contexto de redução dos investimentos governamentais, ou seja, mais demanda por educação e menos recursos públicos para financiar a oferta educativa.

Além disso, o constante aumento do acesso à educação, nas décadas de 1980 e 1990, conviveu com taxas de repetências e evasão dos alunos no ensino básico e secundário e com baixa qualidade do ensino. Esses problemas se agravaram e tiveram repercussão negativa graças aos baixos rendimentos dos estudantes, aferidos por testes internacionais (MARTINIC, 2001 *apud* DUARTE, 2010).

Para Martinic (2001) é consenso que políticas de acesso, permanência e

qualidade são elementos fundamentais e inseparáveis, seja para a elaboração ou implementação de qualquer política Educacional brasileira.

É nesse contexto controverso a respeito das avaliações externas que estudiosos como Correia (2010), Moraes (2012), Esteban (2012), Marchelli (2010), dentre outros, lançam diferentes olhares em busca de compreender o papel desses exames para uma educação de qualidade. Nesse sentido, os pesquisadores têm se dedicado a várias temáticas como: Políticas de Avaliação, Expansão e qualidade da educação básica; Globalização e reforma educacional; Progressão continuada, Supervisão escolar e avaliação externa; etc.

Mas para os pesquisadores das reuniões da ANPEd, cujos trabalhos estamos analisando, essa temática ainda é muito recente, sendo discutido no momento, as potencialidades e limites do IDEB, debatendo sobre as implicações desses fatores para a sua variação na escola, mostrando resultados importantes que podem ser discutidos pelos representantes da educação, com o intuito de repensar as políticas educacionais.

No que tange à prova Brasil e Provinha Brasil, geradores do IDEB, Moraes (2012) traz algumas reflexões. Para ele, esses exames induzem os professores a priorizar o ensino de determinados conteúdos ou habilidades, pautando na matriz de referência da Provinha Brasil. Além disso, o exame diagnóstico não garante o direito à alfabetização efetiva e à qualidade, pois, sem políticas de formação continuada, de melhoria das condições de trabalho dos alfabetizado-

res e sem definição clara das bases curriculares, o discurso do respeito à diversidade, que diferencia a organização escolar em ciclos, permanece um belo discurso a produzir distorções ideológicas que mascaram a realidade.

Além disso, Morais (2012) acrescenta as ideias anteriores, afirmando que além da necessidade de formação continuada para os educadores, também se faz urgência que haja a implementação de políticas públicas para assegurar o atendimento da diversidade no interior das salas de aula, pois o que tem acontecido são programas de correção de fluxo.

Já no que tange aos fatores externos às escolas, as pesquisas de Fernandes (2010), revelam que os responsáveis pelas secretarias de educação e os gestores escolares, possuem poucas percepções sobre os impactos negativos do IDEB, tais como: a competição, o stress dos professores, redução do currículo escolar, quantificações da aprendizagem de acordo com o neoliberalismo, como apontam as pesquisas de Gentili (1996) e Sousa (2009). Fica evidente que os gestores e secretários da educação possuem visões mais voltadas aos desafios cotidianos das escolas, sem apontar uma visão para a atual política governamental da Educação.

Como se pode verificar essa temática gera muitas outras pesquisas, pois Ribeiro e Pimenta (2011) apontam a necessidade de um novo estudo, sobre quais tem sido os indicadores e as composições que geram os resultados negativos e positivos do IDEB e também sobre quais são, para os gestores e secretários, as finalidades educacionais

mais adequadas. Colocam em discussão os resultados do IDEB, por existir possibilidades de distorções por parte das escolas, na aplicação das avaliações, uma vez que não existe nenhum acompanhamento por parte dos órgãos responsáveis, na aplicação das avaliações. Assim os resultados do IDEB ficam sendo duvidosos, tornando-o um instrumento não confiável para medir a qualidade da educação.

Outras questões são levantadas por Fernandes (2010), Ribeiro e Pimenta (2011) que apontam questões sobre o IDEB, tais como: o IDEB abrange as dinâmicas escolares, traduzidas em aprovação e rendimento? Então, o que é aprendizagem em educação?

Em suma, os desafios atuais que abrangem a avaliação em educação estão focados nas avaliações externas, principalmente nos resultados do IDEB, sobre seus impactos para o ensino e para a aprendizagem, de modo a contribuir com a elucidação dos seus limites e potencialidades na indução de políticas educacionais. Essas questões formam o eixo dos trabalhos analisados.

AVALIAÇÃO EXTERNA: O QUE NOS DIZEM OS ARTIGOS APRESENTADOS NA ANPED, DE 2008 A 2012

As análises apresentadas neste trabalho, como já destacamos, são resultados do estudo dos artigos publicados no GT5 da ANPEd. Para a escolha dos artigos foi feito um recorte temporal nas reuniões anuais da Associação no período de 2008 a 2012.

A partir do recorte (2008 a 2012) foram encontrados três artigos apresentados nas reuniões dessa associação: dois em 2011 e um artigo em 2010. No GT5, nas reuniões de 2008, 2009 e 2012, não foram encontrados trabalhos que abordassem a discussão sobre avaliação

externa. Para melhor compreensão, esses dados foram organizados na Tabela 1 descrevendo o número total dos trabalhos apresentados entre os anos de 2008 a 2012, demonstrando quantos artigos foram dedicados à avaliação externa, selecionados para o estudo.

TABELA 1 - Trabalhos apresentados na ANPEd, Gt 5, nos anos de 2008 a 2012

| Reuniões da ANPEd | Ano | Artigos no GT 5 Total | Artigos sobre Avaliação Externa |
|-------------------|------|-----------------------|---------------------------------|
| 35° | 2012 | 19 | - |
| 34° | 2011 | 22 | 2 |
| 33° | 2010 | 20 | 1 |
| 32° | 2009 | 12 | - |
| 31° | 2008 | 12 | - |
| Total | 5 | 85 | 3 |

Fonte: Site da ANPEd

Antes de fazer a apresentação dos artigos, faz-se necessário entender como surgiram esses trabalhos, ou seja, que instituições ou projetos de pesquisa deram origem a esses artigos, bem como o número de pesquisadores envolvidos em cada um deles e em que ano foram desenvolvidos, o que se observa na tabela 2.

TABELA 2 - Origens dos trabalhos apresentados na ANPEd

| Ano da apresentação ANPEd | Nº de Autores | Instituição | Ano de Desenvolvimento das Pesquisas |
|---------------------------|---------------|-------------|--------------------------------------|
| 2011 | 2 | USP | 2008 a 2011 |
| 2011 | 3 | UFGD | 2009 a 2010 |
| 2010 | 1 | UFES | - |
| Total | 5 | 85 | 3 |

Fonte: Site da ANPEd

O primeiro trabalho apresentado em 2011, na 34ª reunião anual da ANPEd, foi resultado de um subprojeto, de um estudo exploratório maior, desenvolvido por três universidades brasileiras. O universo do subprojeto foi o conjunto de redes escolares municipais de Mato Grosso do Sul com mil ou mais alunos matriculados nos anos iniciais do ensino

externo. Para melhor compreensão, esses dados foram organizados na Tabela 2 descrevendo o número total dos trabalhos apresentados entre os anos de 2008 a 2012, demonstrando quantos artigos foram dedicados à avaliação externa, selecionados para o estudo.

A amostra do estudo compõe-se de cinco redes que registraram os maiores resultados no IDEB 2007 e cinco que obtiveram as maiores variações positivas nesse índice de 2005 para 2007.

Já o segundo trabalho apresentado neste mesmo ano teve como objetivo explicitar, à luz de referência teórica, a opinião de gestores educacionais de vinte municípios do Estado de São Paulo sobre o IDEB, discutindo as potencialidades e limite desse índice. Esse estudo se deu de forma exploratória e buscava identificar os bons resultados do IDEB, dos anos iniciais do ensino fundamental, no período entre 2005 e 2007. Além disso, foi realizada uma pesquisa nacional, de 2008 a 2011, em 40 municípios, distribuídos nos estados do Ceará, Mato Grosso e São Paulo.

E por fim, o trabalho apresentado na ANPEd em 2010 foi resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvida sobre o IDEB e os fatores externos e internos da sua variação nas escolas. Os resultados apresentados foram referentes às análises dos dados da Prova Brasil e a percepção dos secretários da educação e dos gestores escolares sobre esse exame.

Foi possível verificar na análise dos trabalhos apresentados no GT5 que esse grupo se dedica as outras temáticas da educação, tais como: Formação de professores na educação básica; Estado, globalização, política educacional e poder local; Alfabetização e formação de professores; currículo da educação básica; Movimentos sociais e educação; Educação e tecnologia; Educação infantil das escolas públicas; Ensino superior; dentre outras. Porém os trabalhos sobre as avaliações externas ainda são bem recentes. Para essa análise, recorreu-se aos registros do site da ANPEd.

De posse dessas informações, op-

tamos por abordar, inicialmente, uma síntese sobre as temáticas que foram selecionadas para esse estudo. Por último, exploraremos os aspectos metodológicos dos artigos estudados.

AS TEMÁTICAS E OS OBJETIVOS METODOLÓGICOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS NAS REUNIÕES ANUAIS DA ANPED

Dentro da temática avaliação externa, os estudos explorados apontam uma necessidade de analisar o bom resultado do IDEB em 2005 e 2007 em alguns Estados brasileiros, por meio de estudos exploratórios.

Sobre esse aspecto, os estudos discutem os resultados positivos do IDEB, pois há muitos estudos que enfatizam o “fracasso escolar” e, no entanto, poucos discutem sobre o “sucesso” de algumas escolas. Neste sentido essas pesquisas permitem conhecer as possíveis razões para o bom desempenho de algumas escolas e contribui para uma reflexão sobre como tem sido implementada as políticas em educação e quais tem sido seus resultados.

Ao ler os resumos, foi encontrada uma síntese sobre os objetos de estudo de cada artigo e que aportes teóricos e metodológicos os sustentavam, quais eram os instrumentos utilizados para a coleta de dados, como foi desenvolvida a análise dos dados e que resultados foram obtidos.

Em seguida, fez-se uma leitura

mais cuidadosa dos artigos, a fim de organizá-los segundo seus focos temáticos. Como as temáticas dos artigos estavam todas voltadas para a análise do IDEB, foi possível perceber que as outras dimensões que abrangem as avaliações externas na educação básica não foram privilegiadas.

Entretanto, é nítido que essas pesquisas trouxeram um novo olhar para os resultados do IDEB, por ser essa uma ferramenta de indução e monitoramento da evolução do rendimento escolar e de desempenho cognitivos dos alunos, cujo uso e impacto nas redes e unidades escolares começam a ser investigados. Dessa forma, as pesquisas apontam para a discussão dos pontos positivos, do IDEB, mas ao mesmo tempo, apontam para a necessidade de verificar se esses resultados são fidedignos.

Além disso, as políticas educacionais não surgem dentro das escolas, elas são elaboradas por órgãos externos à instituição, como as avaliações externas. Porém, no momento da aplicação desses exames, esses órgãos responsáveis, não fazem nenhum monitoramento sobre o processo de aplicação dos exames, deixando a cargo das escolas desempenharem todo esse processo.

Essa prática permite várias ações por parte dos responsáveis pelas instituições, como o uso de estratégias que favoreçam os resultados desses exames. Outro fator importante refere à percepção de gestores e secretários de educação a respeito das avaliações externas, por conduzir diferentes vertentes para as práticas pedagógicas das escolas e sobre a forma como são aplicados os

recursos financeiros que podem contribuir ou não, para a melhoria dos aspectos físicos das instituições, do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, para os resultados do IDEB.

Outra observação levantada, diz respeito a qual foi à origem da realização das pesquisas. Apenas um dos artigos aponta que surgiu de uma pesquisa de mestrado.

Assim, as pesquisas atuais, versam sobre o campo discursivo em avaliação externa, permitindo evidenciar o assunto corrente, as principais metodologias utilizadas e as categorias de análise teóricas que estes estudos indicam. Nessa abordagem, os aspectos metodológicos apresentados, indicam que as pesquisas em avaliação externa na educação básica, estão no presente momento, voltadas para investigar se os resultados do IDEB são fidedignos.

Contudo, a proposta desse estudo foi relevante por desvelar o caminho que as pesquisas em pós-graduação em educação, desenvolvidas pelo grupo de estudos 5 da Anped estão sendo realizadas, mas também por evidenciar algumas lacunas já descritas, bem como deixar nítido, que outras dimensões das avaliações externas não foram contempladas, mas que são essenciais para a compreensão das políticas e práticas avaliativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar, avaliação externa é um tema que gera muitas polêmicas, pois avaliar é um ato complexo e por isso não deveria ser responsabilidade apenas dos educadores e das insti-

tuições como tem sido colocado pelos órgãos responsáveis. Ela deveria ser responsabilidade de todos os sujeitos envolvidos nesse processo.

Dessa forma, esse estudo evidencia que se tem muito ainda a explorar sobre as avaliações externas e suas dimensões, em específico, as potencialidades e limites do IDEB, por ser esse o indicador da qualidade da educação brasileira.

Os estudos demonstram também que as avaliações externas servem a duas vertentes: a de promover a qualidade e, ao mesmo tempo, promover a exclusão.

Outro ponto analisado foi que essas pesquisas estão voltadas para o 1º e 2º ciclos da alfabetização, dos cinco primeiros anos do ensino fundamental. Porém, é importante a realização de pesquisas em outros níveis de ensino.

Contudo, o que se tem percebido é que os resultados do IDEB se tornaram eixo central para determinar se a educação tem sido de qualidade. Para isso, coloca os resultados dos testes das escolas, em rankings, gerando competição, stress, exclusão, além de se responsabilizar as instituições pelos seus fracassos.

Mediante a grande importância da temática estudada, esse trabalho sinaliza, ainda, para a necessidade de se pesquisar os motivos que estão levando os pesquisadores do grupo de trabalho 5 da ANPEd, a não se atentarem para outras temáticas das avaliações externas e suas implicações para a educação brasileira.

Em suma, esse estudo contribui para uma reflexão sobre os rumos que a educação tem tomado e o que tem sido na prá-

tica, a qualidade em educação. Portanto, a pesquisa aponta para a necessidade de serem desenvolvidos estudos, para acompanhar o processo de preparação e aplicação das avaliações externas.

REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Inês de Matos. Ensaio: Avaliação política pública em Educação. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios**. v.16, n.59 Rio de Janeiro, Jun 2008. Disponível em: www.sielo.com.br. Acesso em: 04 abr./2012.

CORREIA, José Alberto. Revista Brasileira de educação. **Paradigmas e cognições no campo da administração educacional: das políticas de avaliação á avaliação como política**. v.15, n. 45 set/dez. 2010

CHUEIRI, Mary Stela. Estudos em Avaliação Educacional. **Concepções sobre a Avaliação Escolar**. v. 19, n. 39, jan/abr.2008. Disponível em: www.fecra.edu.br/admin/arquivosm: Acesso em: 10 de abril de 2013.

DUARTE, Adriana. Tendência das reformas educacionais na América Latina para a educação básica nas décadas de 1980 e 1990. In: FARIA FILHO, L. M. de; NASCIMENTO, C. V., do. SANTOS, M. L. dos (Orgs). Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 161-185.

ESTEBAN, Maria Teresa. Revista Brasileira de Educação. **Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar**. Universidade Federal Fluminense. v. 17, n. 51 set.-dez. 2012

FERNANDES, Caroline Falco Reis. **O IDEB e a prova Brasil na Gestão das**

escolas municipais de Vitória-ES. Disponível em: <http://www.Anped.br> (2010) Acesso em: 10 de abril de 2013.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. BARUFFI, Alaíde Maria Zabloski. REAL, Giselle Cristina Martins. **Resultados positivos do IDEB em redes escolares municipais: evidências de estudo exploratório.** Disponível em: <http://www.Anped.br>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A Avaliação da educação no Brasil.** Campinas, SPED. Autores Associados. 2007.

GENTILI, P. A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In; Gentili, P.A A: Silva, T.T (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.** 5 ed. Petrópolis: vozes, 1997. p. 111-177.

INEP. Disponível em: www.inep.gov.br Acesso em: 10 de abril de 2013.

MARCHELII, Paulo Sérgio. Cadernos de pesquisa. **Expansão da Educação Básica no Brasil.** v.40, p. 561-585, maio/agosto. 2010.

MEC. Indicadores da qualidade na educação/ ação educativa. São Paulo: Ação Educativa, 2007, 3º edição ampliada.

MELLO, Guiomar Nano de. Educação escolar brasileira: o que trouxemos do século XX?. Artmed, Porto Alegre, 2004.

MORAES, Sandro Ricardo Coelho de. SIL-

VA, Itamar Mendes da. **Escola básica e auto-avaliação institucional: possíveis conquistas, novos desafios.** Campinas, PUC. Disponível em: www.artigonal.com/educacao. 2010. Acesso em: 10 de abril de 2013.

MORAIS, Artur Gomes de. Revista Brasileira de Educação. **Políticas de Avaliação da alfabetização: Discutindo a provinha Brasil.** v. 17, n. 51 set. dez. 2012.

SANTANA, Ana Lúcia. Construtivismo. http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dea_a.php?t=011. Acesso em: 23 de abril de 2013

SOUSA, s. z; Arcas, P. H. Educação: Teoria e Prática. **Implicações da avaliação em larga escala no Currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo.** v. 20, n.35 p.181-199, jul/dez.2010

TEIXEIRA, Célia Regina. Cadernos de Pós-Graduação – educação. **O Estado da Arte: as concepções de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do programa de pós- graduação em educação: currículo (1975-2000).** v. 5, n. 1, p. 59-66, São Paulo, 2006.

VIEIRA, Raquel Arrieiro. **Avaliações externas em foco: percepções e efeitos para o trabalho docente.** Monografia apresentada para a conclusão do curso de pedagogia da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. MG 2010.